

CARTA DE SÃO PAULO: I COLÓQUIO DE GRUPOS DE PESQUISAS MARXISTAS NA SAÚDE

Rede de Pesquisa Marxista na Saúde

Autores de

correspondência:

Rede de Pesquisa
Marxista na Saúde
aquilasmendes@gmail.com
leonardo.carnut@fm.usp.br

Recebido: 16 jul. 2025

Revisado: 18 jul. 2025

Aprovado: 19 jul. 2025

https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2025.v5.134

Copyright: Artigo de acesso aberto, sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC), que permite copiar e redistribuir, remixar, transformar e criar a partir do trabalho, desde que sem fins comerciais. Obrigatória a atribuição do devido crédito.



Resumo

O I Colóquio inaugura um novo ciclo de resistência articulada, ao lado do importante papel que vem sendo desempenhado pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde – FNCPS, bem como de produção científica coletiva e de afirmação de projetos societários orientados pela crítica radical da ordem vigente e pela construção de alternativas contra hegemônicas no campo da saúde. Como fruto dessa forte articulação, o I Colóquio fundou a Rede de Pesquisa Marxista na Saúde e publica a Carta Política, de forma a assegurar um espaço permanente de produção científica coletiva e resistência teórico-política frente às contradições e violências da relação Estado e capital que atingem nossos modos de viver, com fortes ataques à saúde pública universal.

Descritores: Marxismo; Saúde; Saúde Pública; Grupos de Pesquisa; Agenda de Pesquisa em Saúde.

CARTA DESDE SÃO PAULO: 1ER COLOQUIO DE GRUPOS MARXISTAS DE INVESTIGACIÓN EN SALUD**LETTER FROM SÃO PAULO: 1ST COLLOQUIUM OF MARXIST RESEARCH GROUPS IN HEALTH**

Resumen: El Primer Coloquio inaugura un nuevo ciclo de resistencia coordinada, junto con el importante papel del *Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde* – FNCPS, así como la producción científica colectiva y la afirmación de proyectos sociales guiados por una crítica radical del orden actual y la construcción de alternativas contrahegemónicas en el ámbito de la salud. Como resultado de esta sólida colaboración, el primer coloquio fundó la *Rede de Pesquisa Marxista na Saúde* y publicó la Carta Política, garantizando un espacio permanente para la producción científica colectiva y la resistencia teórico-política contra las contradicciones y la violencia de la relación entre el Estado y el capital que afectan nuestras formas de vida, con graves ataques a la salud pública universal.

Descriptor: Marxismo; Salud; Salud Pública; Grupos de Investigación; Agenda de Investigación en Salud.

Abstract: The First Colloquium inaugurates a new cycle of coordinated resistance, alongside the important role played by the *Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde* – FNCPS, as well as collective scientific production and the affirmation of societal projects guided by a radical critique of the current order and the construction of counter-hegemonic alternatives in the health field. As a result of this strong collaboration, the first colloquium founded the *Rede de Pesquisa Marxista na Saúde* and published the Political Charter, ensuring a permanent space for collective scientific production and theoretical-political resistance against the contradictions and violence of the relationship between state and capital that affect our ways of life, with severe attacks on universal public health.

Descriptors: Marxism; Health; Public Health; Public Health; Health Research Agenda.

Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado.¹⁽²⁵⁷⁾

No momento em que o “I Colóquio de Grupos de Pesquisas Marxistas na Saúde – GPMS” é realizado, em junho de 2025, na Faculdade de Saúde Pública – FSP e na Faculdade de Medicina – FM da Universidade de São Paulo – USP, a expansão do capital privado segue firme no processo de destituição do caráter público e universal do Sistema Único de Saúde – SUS – há que se dizer, para que nunca esqueçamos, com a conivência e papel ativo inclusive de governos oriundos da esquerda. Isto porque, o programa “Agora Tem Especialista”² acabava de ser lançado pelo Ministério da Saúde – MS, especificamente em 30 de maio de 2025, constituindo-se mais uma ação em prol da aceleração do processo de privatização do SUS em total dissonância com a proposta inicial da Reforma Sanitária Brasileira – RSB³. Intensifica-se o caminho de transferência de recursos públicos ao setor privado, juntamente com o estabelecimento do “perdão” das dívidas deste setor, com a justificativa de que a rede de assistência própria do SUS (administração direta) não vem respondendo a contento aos atendimentos especializados, em setores como a cardiologia e oncologia, por exemplo, sem possibilidade de redução das “filas”. Novamente, assistimos à adoção de uma política, dentro de um governo federal dito “progressista”, que assegura a apropriação do fundo público pelo capital no ambiente da crise contemporânea do capitalismo.

Na realidade, há tempos percebe-se o aumento da lógica privatista no SUS, resultando em vários riscos para o seu caráter estatal, universal e de qualidade, com destaque para:

a) o processo de subfinanciamento e desfinanciamento desse sistema;

b) a maior presença, em todo o país, das modalidades privadas de gestão, por meio das Organizações Sociais de Saúde, especialmente na Atenção Primária à Saúde;

c) a consolidação de formas de alocação de recursos federais para os municípios à revelia dos critérios de necessidades em saúde – o que

provoca o aumento das desigualdades e incorpora, cada vez mais, as lógicas gerenciais de desempenho; e

d) o aumento dos atributos de “modernização” e racionalização da atuação estatal no SUS, associados aos interesses de mercado, tornando exclusiva a atenção à saúde para a população mais vulnerável (novas focalizações), distante do que o SUS preconiza, qual seja, o direito à saúde como social e universal.

A realização do I Colóquio de GPMS, nesse cenário, foi motivado a discutir os problemas da saúde pública brasileira, a partir de uma perspectiva muito mais profunda, buscando compreender os problemas do Estado capitalista em sua relação orgânica com o movimento do capital, justamente para entender as essencialidades dos obstáculos impostos à implementação do SUS, sobretudo nos tempos atuais de crise. Assim, foi promovido um caminho científico para a compreensão dos problemas do SUS, desde de uma perspectiva crítica e radical, levando a que os Grupos de Pesquisa Marxistas no setor saúde apresentassem e discutissem seus estudos sobre a natureza do Estado capitalista, com destaque para os limites estruturais de suas políticas públicas, especialmente as da área da saúde.

O esforço teórico e político empreendido pelo I Colóquio foi o de não se restringir ao que se tornou o lugar comum das análises do campo da saúde coletiva: abordagens superficiais que habitualmente se encerram nas análises meramente institucionais acerca dos aspectos operacionais do SUS. Constatou-se nas discussões do I Colóquio que a referência mais frequente ao Estado capitalista no campo da saúde coletiva tem sido aquela que dissimula sua natureza capitalista, que o assimila à luz de uma suposta neutralidade e, ainda, o vê apenas com uma instância administrativa de organização coletiva da vida social. Não à toa, as frações majoritárias da esquerda brasileira neste campo, fortemente representadas, costumam defender, especialmente nos momentos de crise, a “reforma” do Estado, no sentido da **criação de mais políticas públicas** para o enfrentamento da crise capitalista contemporânea, mas sem levar em conta o quanto este mesmo Estado é e tem sido a salvaguarda dessa crise

para o capital. Insistindo no erro, estas mesmas forças elegem o chamado **capital financeiro** como a metade podre da maçã (de cuja a metade saudável seria o **capital produtivo**) e apostam – como **sociais-democratas utópicos** – na construção de um **Estado de Bem-Estar Social** tardio.

Dessa forma, estamos convencidos de que, quando não demonstrada a natureza capitalista do Estado, com todo o rigor científico que isso envolve, o que resta é apenas o reforço do apelo por uma luta circunscrita à defesa dos direitos, pela via institucional do Estado, como única saída factível, pondo de lado desse modo (ou quando muito relegando a segundo plano) a luta anticapitalista e a defesa da real emancipação da classe trabalhadora.

Assim, o I Colóquio inaugura um novo ciclo de resistência articulada, ao lado do importante papel que vem sendo desempenhado pela Frente Nacional Contra a Privatização do SUS – FNCPS, bem como de produção científica coletiva e de afirmação de projetos societários orientados pela crítica radical da ordem vigente e pela construção de alternativas contra hegemônicas no campo da saúde. Como fruto dessa forte articulação, o I Colóquio fundou a **Rede de Pesquisa Marxista na Saúde**, de forma a assegurar um espaço permanente de produção científica coletiva e resistência teórico- política frente às contradições e violências da relação Estado e capital que atingem nossos modos de viver, com fortes ataques à saúde pública universal.

I Colóquio de Grupos de Pesquisas Marxistas na Saúde, 24 de junho de 2025

CONTRIBUIÇÃO AUTORAL

Rede de Pesquisa Marxista na Saúde.

REFERÊNCIAS

1. Gramsci A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000. (vol. 3).
2. Ministério da Saúde (BR). Portaria GM/MS n. 7.266, de 18 de junho de 2025. Dispõe sobre o Programa Agora Tem Especialistas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília, DF: MS; 2025 [citado 18 jul. 2025]. Disponível

em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-7.266-de-18-de-junho-de-2025-637187199>.

3. Dantas AV. Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2017.